



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003026-52.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **IRMÃOS RUSCITO LTDA**
 Requerido: **ECOWAY AUTO POSTO LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Irmãos Ruscito Ltda intentou ação monitória em face de Ecoway Auto Posto Ltda, aduzindo ser credora da parte por venda e entrega de mercadorias que não foram pagas.

Assim, requer a procedência para receber o que é seu direito.

Houve citação, inexistindo contestação.

É o relatório.

Decido.

Pertinente registrar que não obstante a inicial ter sido direcionada a uma pessoa jurídica (Ecoway Auto Posto Ltda), o oficial de justiça certificou que em seu endereço a atividade havia cessado (fl. 23).

Diante disso, o autor apresentou o contrato social da requerida, sobrevivendo a decisão de fls. 33/34, que desconsiderou a personalidade jurídica e determinou a inclusão, no pólo passivo, de Evandro Rivardo Preiss aliás, com toda a razão, visto o abuso de direito demonstrado. Se a realidade não coincidiu com os registros da Jucesp, por óbvio que a proteção legal não mais pode perdurar.

A partir disso, foi expedida carta com AR para citação, devolvida sem cumprimento por ausência em três datas (fl. 39).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Foi expedida precatória para citação e por suspeita de ocultação, foi ele citado por hora certa (fl. 59), com o envio de telex, nos moldes do determinado pelo artigo 229, do CPC.

Não houve contestação.

Assim, cumpridos os ditames legais, não é possível tolerar o encerramento irregular de atividade e a ocultação, incidindo os efeitos da revelia.

Os documentos de fls. 10/15 demonstram a dívida, tendo inclusive havido protesto.

Diante disso, dada a verossimilhança do alegado, o acolhimento do pleito é de rigor.

Julgo procedente o pedido para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do artigo 475-J, do CPC.

O valor de R\$1.600,42 será acrescido de correção monetária desde a distribuição, de juros de mora de 1% ao mês contados da citação, custas do processo e as de reembolso.

Ficam as partes rés condenadas, ainda em honorários advocatícios que fixo em R\$1.500,00, a teor do artigo 20, §4º, do CPC.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos dos arts. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura. Se o caso, expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação, sendo que a intimação se fará nos termos do § 1º, do art. 475-J, do CPC.

Ocorrendo o depósito do valor do débito exequendo sem que o executado ressalve seu direito ao exercício da impugnação, expedir-se-á



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mandado de levantamento ao credor, no quinto dia útil após a intimação do exequente a respeito desse pagamento.

Deixando de ser feito o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, suspendo o processo por prazo indeterminado.

PRIC

São Carlos, 13 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**